

VII

(DES)ENCOBRINDO A BRANQUITUDE: UM OLHAR SOBRE A PERCEPÇÃO RACIAL DE PROFESSORAS AUTODECLARADAS BRANCAS

*Cláudia Vieira Silva Santos
Maria de Fátima de Andrade Ferreira*

Introdução

Este texto é um recorte da pesquisa *Branquitude e seus privilégios: estudo descritivo com professoras autodeclaradas brancas*¹, realizada em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Maracás – BA e teve como objetivo investigar de que modo as interlocutoras da pesquisa dizem/falam/pensam sobre as relações étnico-raciais e percebem sua própria branquitude diante de seus alunos na escola, observando se utilizam (ou não) estratégias para combater/manter/reforçar a branquitude e seus privilégios.

Nele, mostramos alguns resultados da análise de dados, coletados durante a pesquisa descritivo-interpretativa e quali-quantitativa, que utilizou como procedimento metodológico a aplicação de formulário fechado e aberto, observação *in loco*, direta, assistemática e sistemática, conversas formais e informais e entrevistas semiestruturadas às interlocutoras, como instrumentos para coleta de dados. É importante dizer que a pesquisadora se autodeclara como mulher branca, ciente de sua condição racial, que lhe confere privilégios e reconhece a importância que essa condição desempenhou na dinâmica de interação com as interlocutoras desta pesquisa. Acreditamos que numa pesquisa em que a pesquisadora compartilha da mesma identidade racial que as interlocutoras, emerge uma complexa teia de relações que não pode ser ignorada, já que essa relação pode moldar a dinâmica da coleta de dados.

Assim, notamos durante a pesquisa, maior conforto e familiaridade, diminuindo barreiras e as participantes se sentiram mais inclinadas a compartilhar suas experiências e permitiu que as entrevistadas pudessem se expressar com mais liberdade, mesmo diante de questões desafiadoras, o que resultou em respostas mais autênticas e uma compreensão mais profunda das perspectivas das participantes sobre o tema. Sendo que, reconhecer a influência da identidade da pesquisadora foi um passo significativo em direção a pesquisa mais ética, inclusiva e que verdadeiramente permitiu capturar a complexidade das experiências humanas. No entanto, apesar da comodidade e eficiência proporcionadas pela pesquisa, foi possível perceber que, em alguns momentos, veio à tona um desconforto em responder algumas perguntas, sobretudo nos questionamentos acerca dos privilégios alcançados pelo simples fato de ter uma cor clara. Daí, foi crucial adotar uma atitude reflexiva e crítica em relação a

¹ Pesquisa realizada durante o mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Campus de Jequié-BA/ODEERE, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), entre 2020-2022, sob a orientação da professora doutora Maria de Fátima de Andrade Ferreira (UESB).

essa dinâmica para que as informações fossem interpretadas de maneira contextualizada e aprofundada do conhecimento, na promoção de uma visão mais completa e informada.

Para melhor compreensão da questão aqui colocada dividimos este texto em três tópicos e esta introdução. O primeiro apresenta *Uma breve discussão sobre a branquitude e seus privilégios nas relações raciais no Brasil* e traz à luz dos referenciais da pesquisa, contribuições ao tema em questão. O segundo, sobre *Professoras autodeclaradas brancas: percepção de si associada à branquitude (brancura, branquidade) - o campo e suas revelações*, mostra um recorte de resultados de análise de dados coletados na escola-campo e, por último, as *Considerações finais* sobre o recorte da pesquisa aqui apresentado.

Portanto, este texto traz um tema importante que trata de compreender a perspectiva que emerge quando deslocamos o olhar que está sobre os “outros” racializados e, por isso, mostra que é preciso reconhecer e debater essas questões e outras formas de relações de dominação-subordinação para criar consciência e avanços significativos para um outro tipo de sociedade. Por fim, podemos considerar que, nesse cenário, a escola é identificada como ambiente propício ao debate e diálogo, tornando-se, por conseguinte, um espaço fundamental à desconstrução de conhecimentos marcados pela perspectiva eurocêntrica e hierarquizada.

Uma breve discussão sobre a branquitude e seus privilégios nas relações raciais no Brasil

Dada a constante relevância das questões acerca das relações raciais no nosso cotidiano, vivenciados na sociedade e escola brasileira, nos deparamos diariamente com situações que nos incitam à reflexão sobre a diversidade e disparidades sociais. É certo que para aqueles que se identificam com a perspectiva branca, é essencial questionar sobre privilégios adquiridos ao longo da história. O mesmo pode-se dizer que, no contexto do século XXI, a exploração aprofundada da "branquitude" emerge como uma temática crucial e premente à análise das relações étnico-raciais.

A compreensão reflexiva das dinâmicas associadas à identidade branca torna-se uma necessidade urgente e promove uma abordagem mais abrangente e esclarecedora sobre complexas interações raciais na contemporaneidade. Pois, essa questão visa não apenas a análise crítica de percepções individuais e coletivas da branquitude, mas também, à promoção de uma discussão informada e sensível sobre de que modo essas percepções impactam as estruturas sociais e contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Nos estudos acadêmicos, muitas vezes, o branco permanece como uma presença silenciosa e pouco questionada. Lourenço Cardoso (2020), em sua obra *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional*, diz que o branco por muito tempo ficou invisibilizado, intocável, não problematizado, apesar de um notável esforço de diversos autores que, ao longo dos anos, vem buscando evidenciar em seus escritos o incômodo do que é ser negro e o que é ser branco em uma sociedade profundamente marcada pelo legado escravocrata.

Já Aparecida Bento (2014) lembra que na problemática racial brasileira não é coincidência o fato de que esses estudos são sempre unilaterais e “silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como guardião de privilégios” (p. 41).

E, nessa mesma vertente, Adevanir Pinheiro (2014) justifica a importância de combater a ideologia da superioridade branca, denunciar e apontar a evidência de que privilégios existem e são historicamente reproduzidos. E, assim, diz: “a étnica negra é feita vilã. Ela é alvo de questionamentos e estudos. Enquanto a história étnica branca é preservada. Sobre ela paira um véu de mistério e não é alvo dos mesmos estudos e questionamentos” (p. 93). A falta de exploração sobre a interferência da branquitude como guardiã de privilégios também deixa de destacar a responsabilidade coletiva na desconstrução dessas hierarquias.

Pensamos que, ao reconhecer e analisar a influência da branquitude como um fator significativo na manutenção do *status quo*, os estudos e pesquisas podem contribuir para uma consciência mais profunda e uma ação mais informada em direção à justiça social e igualdade racial. Portanto, fomentar leituras e discussões sobre essa questão é essencial para abrir espaços de diálogo e reflexão sobre as bases que sustentam a construção da identidade negra, a fim de superar embates ferrenhos, não apenas dentro da escola, mas também, nos mais variados espaços sociais. Desse modo, observamos a possibilidade de buscar a compreensão do papel da branquitude na construção e perpetuação das estruturas sociais, políticas e históricas que ainda se mantêm nas relações interétnicas e raciais na sociedade brasileira.

As contribuições de Frantz Fanon (2008), Bento (2002; 2014), Cardoso (2014, 2020), Piza (2003), Schucman (2012), Schwarcz (2012), autores reconhecidos pela comunidade acadêmica, são importantes no campo dos estudos sobre identidade étnico-racial e no entendimento de papéis fundamentais no avanço dos estudos sobre relações étnico-raciais. Pois, esses autores fornecem visões valiosas e análises detalhadas sobre como essa questão funciona e se desenvolve. E, também, nos mostram que sobre a branquitude e seus pactos narcísicos, é possível dizer que “na essência do racismo está a ideia de que existe uma cor “normal” e “universal” – a branca -, uma lógica que atravessa gerações e impede qualquer alteração substancial na hierarquia das relações sociais”, como afirma Cida Bento (2022). Guerreiro Ramos (1995), em suas discussões sobre *Patologia social do “branco” brasileiro*, desenvolve uma questão pertinente sobre a branquitude nas relações raciais no Brasil, retratando a condição de ser negro nesse contexto de estereótipos, preconceitos e discriminação étnico-racial, uma situação que provoca pensar criticamente no tema do negro. Pois, como lembra Ramos, na sua obra *Introdução Crítica à Sociologia brasileira*, publicada sua primeira edição em 1957, o retrato das relações raciais no nosso país, entre os anos 40 e 60, mostra as consequências e limites da democracia racial que se apresentava como uma revelação das ideias de brancura e da “patologia social do branco brasileiro”. Nela, o autor (1995, p. 171) traz uma provocação logo na introdução desse capítulo I, a saber:

Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escalpelção perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outro, o negro vida.

Portanto, como lembra Rufino (1995, p. 28), para Guerreiro Ramos, o negro não é uma raça, não é exatamente uma condição fenotípica, mas “um topo lógico, instituído simultaneamente pela cor, pela cultura popular nacional, pela consciência da negritude como valor e pela estética social negra” e é muito importante lembrar que, a partir de suas críticas

e discussões sobre a sociedade brasileira, como sociólogo populista deu suas contribuições para pensar o negro, ele próprio, como um lugar para a compreensão do dilema da nação.

Nas discussões de Ferreira e Santos (2023) em *Tornar-se negro, branco, afroindígena e a (Contra) mestiçagem. Eis a questão...*, quando tratam das *Relações interétnicas: mestiçagem e branqueamento no Brasil – Quais lições podemos aprender com a (Contra)mestiçagem*, as autoras trazem uma provocação, afirmando que, no Brasil, “tornar-se negro, branco, afroindígena ainda provoca muitas discussões e provoca rememoração sobre um passado de perversidades, opressão, estigmas, preconceitos, discriminação e exclusão do ‘outro’, o não branco, o não europeu, assim como a mulher” (p. 205). Desse modo, há muitas provocações sobre essa questão da branquitude e seus privilégios, uma problemática inconclusa. Por tudo isso é importante ter acesso a discussões, reflexões e debates que valorizam a temática em questão.

A seguir apresentamos resultados da pesquisa acerca da análise de narrativas de Professoras autodeclaradas brancas sobre a percepção de si associada à branquitude (brancura, branquidade) - o campo e suas revelações.

Professoras autodeclaradas brancas: percepção de si associada à branquitude (brancura, branquidade) - o campo e suas revelações

Para analisar o perfil e formação das interlocutoras da pesquisa, as professoras, foi aplicado um formulário fechado e aberto que perguntou sobre idade, estado civil, religião, formação acadêmica, forma de ingresso na educação, tempo de serviço, cor/raça e etnia. Para resguardar a identidade da escola usamos as iniciais CMJ e as interlocutoras foram identificadas com nomes de grandes heroínas que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil.

Os resultados disponibilizados no Quadro 1 apresentado abaixo, mostram, não apenas o papel das professoras no contexto educacional, mas quem são elas, suas trajetórias, experiências e vivências individuais. Essa abordagem contribuiu significativamente para entender as dinâmicas educacionais e o perfil das professoras pesquisadas. Vejamos os resultados no Quadro 1:

Quadro 1 - Perfil e formação das interlocutoras da Escola Pública CMJ - BA, 2021

Nome das interlocutoras	Perfil das interlocutoras da pesquisa
Dandara	Mulher branca, 48 anos, nasceu em Maracás - BA, solteira, religião católica, 2 filhos, pedagoga, leciona o 2º ano, especialista em Neuropsicopedagogia Especial e Inclusiva, concursada e tem 27 anos de tempo de serviço.
Maria Felipa	Mulher branca 51 anos, nasceu em Maracás – BA, casada, religião católica, 2 filhos, pedagoga, leciona o 4º ano, especialista em Educação Especial, concursada e tem 19 anos de serviço.
Esperança Garcia	Mulher branca 65 anos, nasceu em Salvador - BA, casada, 3 filhos, diz não ter religião, se identifica com a filosofia de vida espírita, pedagoga, leciona o 1º e 2º anos, especialista em Língua Portuguesa, concursada e tem 28 anos de serviço.
Acotirene	Mulher branca, 58 anos, nasceu em Maracás – BA, solteira, religião católica, não possui filhos, pedagoga, leciona o 3º ano, especialista em Psicopedagogia, Gestão escolar e Educação especial, concursada e 34 anos de serviço.

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2021.

O conhecimento e a aproximação com as professoras foram além da simples coleta de dados, exigindo da pesquisadora a empatia, a sensibilidade e uma abordagem carismática,

harmônica, buscando entender as nuances que permeiam as narrativas e linguagem corporal das professoras. Essa construção de relacionamentos criou um ambiente propício à abertura de expressão de suas experiências, o que foi revelador na captura não apenas de informações, mas também de histórias, significados e perspectivas que enriqueceram o entendimento do fenômeno, o que possibilitou ajustes de estratégias na abordagem das perguntas subjacentes ao suposto visível. Para responder a um dos objetivos da pesquisa, que trata da *Percepção de si associada à branquitude diante dos seus alunos na sala de aula/escola*, as professoras responderam 3 (três) perguntas (ver Quadro 2) do formulário fechado e aberto e da entrevista semiestruturada, instrumentos aplicados com as mesmas questões e de modo simultâneo para facilitar o confronto de dados e compreender como as interlocutoras percebem sua própria branquitude em sala de aula e o que dizem/falam/pensam sobre as relações étnico-racial.

Dessa forma, foi necessário também trazer para esse campo de discussão e análise, as observações feitas em sala de aula.

Quadro 2 – Professoras autodeclaradas brancas: a percepção de si associada à branquitude (brancura, branquidade), 2022

Questões da pesquisa	Respostas das interlocutoras da pesquisa			
	Dandara	Maria Felipa	Esperança Garcia	Acotirene
Em que momento de sua vida você percebeu a existência de diferenças entre pessoas negras e brancas?	Não existe diferença, somos todos iguais.	Na adolescência.	Não existe diferença.	Quando criança.
Você já sofreu preconceito racial?	Sim, por ser muito branca.	Não	Não	Não
Conversa sobre racismo com outras pessoas brancas?	Sim	Pouco	Não vejo necessidade.	Sim.

Fonte: Arquivo da pesquisa 2021.

Quando perguntada sobre em que momento de sua vida você percebeu a existência de diferenças entre pessoas negras e brancas, a Professoras Dandara respondeu: “Não existe diferença, somos todos iguais”. E, de modo semelhante, Esperança Garcia disse: “não existe diferença”. Durante as entrevistas realizadas, as professoras reiteraram consistentemente as respostas fornecidas nos formulários previamente preenchidos. Essa congruência entre as duas formas de coleta de dados sugeriu uma consistência notável nas percepções e experiências compartilhadas pelas entrevistadas. A reafirmação verbal das informações previamente documentadas no formulário reforçou a confiabilidade dos dados coletados, proporcionando uma compreensão mais aprofundada e confiável do objeto de estudo.

No entanto, é importante destacar que a consistência observada nas respostas entre os formulários e as entrevistas não se aplicou uniformemente a todas as participantes. Notavelmente, a Professora Maria Felipa (2021) apresentou uma discrepância significativa em suas declarações. Enquanto no formulário ela expressou ter percebido diferenças na adolescência, durante a entrevista sua resposta divergiu ao afirmar categoricamente que “não existe diferença”. Ela respondeu:

*Quando acontece o racismo em sala de aula, eu leio textos para que eles percebam que somos todos iguais... que não tem diferença, **que a única diferença é a cor da pele, mas isso não quer dizer nada** [grifo meu], não é importante porque*

quando a gente morre, todos vão pro mesmo lugar, ninguém é melhor que ninguém
(Maria Felipa, 2022).

Essa inconsistência nas declarações da Professora Maria Felipa aponta para a complexidade das percepções individuais e destaca a necessidade de uma análise mais detalhada das respostas da interlocutora. A discrepância ressalta a importância de considerar contextos específicos e nuances nas interpretações dos dados, enfatizando a necessidade de abordagens sensíveis ao contexto ao analisar respostas discrepantes. Não podemos deixar de mencionar que as interlocutoras Dandara e Esperança Garcia deixam claro em suas falas sobre suposta democracia racial, ainda é vívido o discurso de que “somos todos iguais” que “a cor da pele não quer dizer nada”.

Diante disso, Almeida (2021, p. 57) coloca: “Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo”. Nesse sentido, entendemos que a escola não poderá se distanciar dessas questões. Assim como as professoras Dandara e Esperança Garcia, a professora Acotirene também reiterou e validou as respostas previamente destacadas no questionário, dizendo que,

A diferença entre um branco e um negro é a mesma diferença entre um rico e um pobre, apesar de que acho que as pessoas sofrem mais por conta da classe social. Negro rico é outra coisa (Acotirene, 2022).

A divulgação do tema *classe social* ocorreu como justificativa para certos preconceitos e discriminações. A analogia feita pela professora Acotirene entre branco/negro, rico/pobre, embora existam distinções, há uma percepção de que as pessoas enfrentam maior adversidade em decorrência da sua posição socioeconômica.

Para Bento (2002, p. 27),

[...] tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem um deficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema se limita a classe social. Com certeza esse dado é importante, mas não é só isso.

Com a resposta da professora Acotirene foi necessário tratar da problemática da violência, uma vez que ela se destaca como uma das questões prementes no cenário brasileiro. Sobre esse tema, o portal Atlas de Violência, sob a gestão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (Cerqueira; Bueno, 2020, p. 47) oferece informações relevantes e esclarecedoras, a saber:

Ao analisarmos os dados da última década, vemos que as desigualdades raciais se aprofundaram ainda mais, com uma grande disparidade de violência experimentada por negros e não negros. Entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%.

Esses dados foram fundamentais para pensar nos resultados das análises e reflexões aqui mostradas. Não é viável discutir classe social sem considerar o contexto do pertencimento racial e vice-versa. Para Bento (2014, p. 27), mesmo em situações desvantajosas como a pobreza “o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa”. Isso nos leva à inegável constatação de que os termos “raça e pobreza são sinônimos no Brasil” (Carneiro, 2011, p. 60), uma associação que merece atenção e análise aprofundada em nossos debates sociais.

A análise da pergunta sobre a vivência de preconceito racial, as professoras Esperança Garcia e Acotirene compartilharam a ausência de experiências discriminatórias relacionadas à cor da pele. Em contrapartida, a entrevistada Dandara destaca uma perspectiva contrastante e revela que, ao contrário de suas colegas, ela vivenciou experiências distintas relacionadas ao preconceito racial.

Sofri muito preconceito racial quando eu era pequena, lembro-me que durante as festas de São João ninguém queria dançar quadrilha comigo porque eu era muito branca. Qualquer solzinho eu ficava vermelha, aí era camarão, era tomate... (Dandara, 2022).

No caso da professora Maria Felipa, embora não tenha pessoalmente vivenciado qualquer forma de preconceito racial, ela expressa na entrevista uma conscientização acerca da existência desse fenômeno. Sua perspectiva sugere uma sensibilidade para além de suas experiências individuais, reconhecendo a realidade do preconceito racial mesmo que não tenha sido diretamente alvo dele. De fato, ela revela ter testemunhado práticas de discriminação,

Eu nunca sofri, mas sei que existe porque eu já vi outras pessoas sofrendo preconceito racial por serem brancas. Pessoas chamando-o de sapecado, branquelo... o problema é que quando o branco sofre preconceito racial as pessoas dizem que é bullying, mas quando o negro sofre é preconceito racial (Maria Felipa, 2022).

Com base nos relatos das entrevistadas, Professoras Dandara e Maria Felipa, ao serem questionadas sobre se já haviam vivenciado o racismo, ambas mencionaram ter experimentado ou presenciado casos em que pessoas brancas foram alvo. Essa dinâmica aparenta se enquadrar no conceito de "racismo reverso", sugerindo um fenômeno em que indivíduos brancos enfrentam discriminação racial que, para Almeida (2021, p. 53) nada mais é do que,

[...] uma espécie de “racismo ao contrário”, ou seja, um racismo das minorias dirigido às majorias. Há um grande equívoco nessa ideia porque membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente. Homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são “suspeitas” de atos criminosos por sua

condição racial, tampouco têm sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da pele.

Nesse sentido, Almeida (2021), em sua análise sobre o racismo no livro "*O que é Racismo Estrutural?*", diz que o racismo precisa ser pensado num outro viés, uma vez que a concepção de racismo inverso é equivocada. A história, nessa perspectiva, desvela a fragilidade dessa ideia, uma vez que ela desconsidera todo um processo histórico e as nuances e complexidades das estruturas políticas subjacentes. O autor ainda incita a reflexão crítica sobre o tema, promovendo uma compreensão mais abrangente do racismo que apela para além das manifestações individuais, enquadrando-o como um fenômeno intrinsecamente ligado a estruturas políticas mais amplas. Nesse sentido, é necessário estudar e reconhecer o racismo, examinar suas raízes de maneira mais abrangente, permitindo-nos explorar as dinâmicas históricas, sociais e institucionais que sustentam e perpetuam a discriminação racial.

Para a última questão do Quadro 2, se conversam sobre racismo com outras pessoas brancas, as professoras Dandara e Acotirene afirmaram que "sim", elas têm conversas sobre o racismo com indivíduos brancos. A professora Maria Felipa mencionou que conversa "pouco" sobre o assunto, enquanto a professora Esperança Garcia disse que "não vê a necessidade" de abordar essa temática com pessoas brancas.

Diante do que foi colocado pelas interlocutoras, Carreira (2018) fala desse sujeito branco numa perspectiva de se colocar disponível para reconhecer e se construir nessa interdependência; encarar o desconforto nas conversas sobre o racismo e analisar de forma crítica como a identidade branca se desenvolve em nossa trajetória de vida, em nossas relações interpessoais, em nossas práticas sociais e nas instituições que frequentamos. É preciso compreender que fomos socializados para não nos identificarmos como pessoas brancas, mas sim como seres humanos que supostamente representam a universalidade desvinculada de características corporais específicas, sendo considerados o padrão e a norma detentores de poder. Reconhecer e confrontar esses aspectos é parte integrante do processo de construção de uma consciência antirracista.

É relevante destacar, também, que em determinado ponto da pesquisa, as interlocutoras ao serem indagadas sobre a possibilidade de serem racistas, todas elas deram respostas negativas. Esse padrão uniforme de respostas destaca um fenômeno interessante, onde as entrevistadas rejeitam pessoalmente a associação com atitudes racistas. Tal postura pode ser interpretada como uma expressão de consciência social e rejeição consciente ao racismo, indicando um entendimento coletivo da importância de promover uma cultura de igualdade e respeito racial. No entanto, essa unanimidade também suscita reflexões sobre a necessidade de um diálogo mais profundo sobre as sutilezas e complexidades do preconceito racial, uma vez que o racismo pode se manifestar de maneiras muitas vezes imperceptíveis e internalizadas, diante disso podemos deduzir que "o racismo, embora negado no discurso, é confirmado cotidianamente, na prática das nossas escolas" (Foster, 2015, p. 24).

Para fins de análise, é importante salientar que Maria Felipa, em um outro momento da pesquisa diz que não se vê como uma pessoa racista, mas ao ser entrevistada, trouxe uma informação significativa. Esse acréscimo sugere a possibilidade de nuances ou considerações adicionais sobre a temática que merecem ser exploradas com mais profundidade e atenção. Vejamos o que diz a professora Maria Felipa

Se eu sou racista? (risos!) eu não sei... eu acho lindo um negro, estou falando daquele negro de nariz afilado, dos lábios finos, com característica de um branco, fico apaixonada [...], mas se o negro for dos lábios grossos e nariz grande eu não acho bonito... por isso eu sou racista? Racista não é sobre cor?

Essa afirmação de Maria Felipa nos leva a pensar sobre os padrões estéticos da brancura, os traços e feições são vistos por ela como um padrão de beleza europeia e ideal. Essa ideia tem colocado o negro numa posição desconfortável, ele “possui uma autoimagem profundamente depreciada, vendo-se como feio, pouco inteligente, selvagem, pagão, atrasado” (Cardoso, 2020, p. 87), enquanto o branco assume hierarquicamente a beleza, a virtude e o bem (Fanon, 2008; Guimarães, 2012) como padrão inquestionável. Não temos dúvida que para a professora Maria Felipa, o “belo” está associado à branquitude e nesse cenário podemos dizer que a herança deixada aos negros os tem colocado numa posição de desvantagem em todos os aspectos da vida social, os discursos se apresentam muitas vezes de forma velada na sociedade, que embora tivessem muitos avanços, ainda percebemos que os estereótipos de beleza ainda hoje se afirmam na identidade branca.

A professora Dandara também se identificou como não sendo racista, no entanto, as observações feitas *in loco*, durante a pesquisa denunciaram o racismo em sala de aula. Nesse sentido, é importante pensarmos sobre a identidade da escola e de que modo os espaços escolares refletem a concepção de educação adotada por ela. E assim, foi possível observar um cartaz na sala da professora Dandara em que traz para o contexto educacional a imagem de um anjo, de pele clara, cabelos loiros e lisos.

As observações feitas na turma do 2º ano, com 19 (dezenove) alunos, no entanto, estavam presentes apenas 10 (dez) alunos, nos levaram a pensar quais seriam os saberes e práticas que estariam presentes no cartaz “Oração”, o que a temática religiosa estaria revelando? Durante esse momento, percebemos como os conhecimentos e as expressões culturais estão alienadas a uma cultura colonizadora, eurocêntrica e imperialista.

Dessa forma, à medida que fortalece a hegemonia branca inferioriza o negro. Ao observar a imagem, é possível também perceber as marcas do racismo presente ao remeter o anjo a um padrão de estética, baseado no homem branco.

Fotografia 13: Cartaz exposto na parede na sala de aula da Professora Dandara, EPMCMJ, Maracás, BA, 2021



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2021.

Como dizia Fanon (2008, p. 56) “a beleza e a virtude, que nunca foram negras”. Ou ainda, para Guimarães (2012, p. 11): “[...] o branco sempre simbolizou as virtudes e o bem, enquanto o negro significou o seu contrário – o sinistro, o mal, os defeitos”, valores estes que resistem ao tempo reforçados por meio de estereótipos criados a partir da crença da inferioridade de outros grupos. Visitamos também a turma do 2º ano B, da professora Esperança Garcia e, naquele momento, a turma estava silenciosa ouvindo o que a professora estava explicando e apresentando na sala de aula.

Neste dia estavam presentes 14 alunos, espalhados pela sala de forma a respeitar o distanciamento social (pandemia Covid 19). A turma foi calorosa, contudo, não conseguimos observar muita coisa, pois os alunos estavam eufóricos por conta da presença de uma outra pessoa que não fazia parte da rotina diária da turma em sala de aula. No entanto, esses momentos serão sempre oportunos para a construção de laços com a turma mesmo que não tenha colhido muitas informações, mas que, aos olhos do observador em uma sala de aula, há grande probabilidade que exista algo que denuncie valores e princípios mesmo que sutis, no sentido de compreender práticas excludentes dentro do espaço escolar.

Diante disso, buscamos dentro do ambiente da sala de aula algo que pudesse chamar a atenção, como cartazes, figuras, atividades, dentre outros. E com olhar cuidadoso encontramos um varalzinho da turma com muitas atividades e, dentre muitas que estavam ali à disposição da pesquisadora, uma delas se destacava, se tratava de uma pintura da Branca de Neve e os 7 (sete) anões.

Fotografia 14 – Atividade exposta no varal da sala da EPMCMJ, Maracás, BA, 2021



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2021.

No primeiro momento não foi possível fazer uma análise mais profunda da atividade, visto que não estávamos presentes em sua aplicação. No entanto, foi possível verificar que muitas dessas atividades de sequência didática, apresentadas na escola, ainda são histórias que não tem representatividade do corpo negro. Não é novidade que a literatura possibilita a transmissão de valores, principalmente na vida das crianças e, muitos dessas, reproduzem valores que não buscam o enfrentamento ao racismo, pelo contrário, de alguma forma fortalecem e mantêm práticas que deslegitimam a cultura afro-descendente. Ainda com relação a imagem pintada pelos alunos, é importante abster-se de emitir qualquer julgamento ou crítica sobre a atividade, uma vez que desconhecemos os objetivos específicos da mesma

e os detalhes de como foi conduzida no ambiente da sala de aula, mas trazemos aqui uma reflexão abordada por Santiago (2019, p. 319) que diz: “[...] desse processo temos as histórias contadas para as crianças, que são, em sua maioria, ainda relacionadas a contos de fadas eurocêntricos cujas princesas esperam um príncipe lhes prover a vida – símbolo clássico do patriarcado”.

A partir daí, temos o entendimento de que ao proporcionar às crianças o contato com essas histórias sem a intenção de discutir questões como o preconceito racial, estamos de certa forma reforçando o patriarcado e o sexismo além de valorizar uma cultura centrada em uma soberania colonial. Além de que, como tão bem coloca Schwarcz (2012, p. 86) “Vale a menção aos contínuos e sofridos relatos de crianças negras que querem, por exemplo, atuar em peças como Branca de Neve e que não conseguem ganhar seu papel, ou que são impedidas de se fantasiar de anjos, pois anjos são brancos”. Apesar de ser uma pesquisa de um ambiente específico – em uma escola pública municipal de ensino fundamental, não podemos negar que de uma forma geral, no Brasil o racismo está escancarado em diferentes espaços da sociedade e a escola não está fora disso.

No campo, foi possível perceber essas questões em vários momentos de observação e, em várias situações cotidianas que tem afetado a vida das pessoas nos diversos espaços da sociedade brasileira. E, como foi possível observar no ambiente escolar, do campo investigado, é fácil admitir que exista o racismo, porém “a sua prática é sempre atribuída ao outro” (Schwarcz, 2012, p. 31). Apesar de ser uma instituição de educação, ao que tudo indica, ela também não está livre de atos de discriminação e preconceitos de todos os tipos, pois, a utilização de material pedagógico ou de apoio “que não contemple a diversidade dos alunos e alunas presentes na escola também colabora para reforçar a percepção de que em nossa sociedade determinado grupo é mais valorizado (Cavalleiro, 2001, p. 153). Dessa forma, percebemos que o racismo na maioria das vezes se manifesta de maneira sutil e velada, muitas vezes os indivíduos não percebem o impacto de suas ações ou palavras. Ao basear seu julgamento na cor da pele, o valor intrínseco de indivíduos é colocado em xeque, minando a equidade e perpetuando estereótipos prejudiciais. Na escola não é diferente, ele é agravado pela naturalização de atitudes e fortalecimento de práticas racistas onde muitas vezes podem passar despercebidas ou serem minimizadas, daí a necessidade de uma abordagem mais crítica e reflexiva para desafiar e transformar tais padrões.

E uma outra visita se deu na turma do 4º ano da professora Maria Felipa, do total de 32 alunos, apenas 12 alunos estavam presentes. Foi notado um pouco de desconforto da professora quando relatou que a turma apresentava muitas dificuldades, que embora fossem alunos do 4º ano, a aprendizagem estava bem abaixo do nível esperado, isso porque as aulas estavam acontecendo no formato híbrido (ambiente de aprendizagem online e presencial), nesse sentido, os alunos por serem de baixa renda não tinham condições de acompanhar as aulas por não disporem de computadores e internet em casa. Naquele momento a sala de aula foi colocada em análise a partir dos olhos da pesquisadora, foi constatado que dos 12 alunos presentes naquele momento, tínhamos apenas uma criança branca (análise feita a partir do critério fenótipo) “assim, o que me move é a convicção que nos é passada pelos dados estatísticos que atestam a força do elemento raça na produção das desigualdades sociais” (Foster, 2015, p. 71).

Por esse motivo, ao sanar as dificuldades da turma, o tempo da professora Maria Felipa em sala de aula se restringia ao reforço escolar propriamente dito. Mais uma vez

percebemos a cor como um marcador social. Para Schwarcz (2012, p. 90), “toda vez que o ensino propicia uma diferenciação de qualidade, nas piores soluções encontramos uma maior proporção de alunos negros”, diante das observações foi visível o esforço em se fazer compreensível e o seu incômodo por não conseguir dar a atenção a todos aqueles que solicitava atendimento individual. A turma apresentava dificuldades de aprendizagem em assuntos básicos como uma simples diferenciação e emprego de letras maiúsculas e minúsculas. Cavalleiro (2001) lembra que a prática antirracista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados, para isso, é importante observar todos os materiais pedagógicos, currículos e projetos de forma crítica e reforçar nas discussões as lutas contra opressão e dominação. Assim, esse seria “um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações” (p. 150).

Finalmente podemos dizer que, nesse caso, mesmo que pelo silêncio, racismos, privilégios, essas questões estão sendo preservadas, disseminando conflitos, desigualdades, muitas experiências de lutas e resistências tem permitido a criação e implementação de políticas públicas importantes de prevenção e combate às ideias de branquitude e branqueamento no Brasil, mas há muito, ainda, por investigar.

Considerações finais

Bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isso resume, em parte, o descobrir-se racializado [...] diante da imensa racialidade atribuída ao outro (Piza, 2003, p. 61).

Como diz Pisa, bater contra uma porta de vidro que se mostra aparentemente inexistente traz muitas surpresas e provoca questionamentos ao descobrir-se racializado, diante da supremacia branca incrustada na branquitude, brancura, branquidade, uma relação de dominação-subordinação de um grupo sobre o outro.

De qualquer forma, os resultados desta pesquisa não deixam dúvidas, indicam que os desafios enfrentados pelas professoras, interlocutoras da pesquisa, a respeito da identidade racial são diversos e revelam que, muitas vezes, essas profissionais experimentam dificuldades em abordar questões relacionadas à temática e indicam lacunas na compreensão e no enfrentamento das dinâmicas raciais dentro do ambiente educacional. A conscientização dessas dificuldades não apenas destaca a importância de promover um ambiente reflexivo e de diálogo sobre essas questões, mas também, sinaliza a necessidade urgente de implementar estratégias pedagógicas e de formação que auxiliem as professoras brancas a se engajarem de forma mais efetiva na promoção da igualdade racial.

Mas qual seria a *Percepção das professoras autodeclaradas brancas, associada à sua branquitude?* Poderia transpor algumas falas: “as pessoas sofrem mais por conta da classe social”, “sofri muito preconceito racial quando eu era pequena”, “o problema é que quando o branco sofre preconceito racial as pessoas dizem que é *bullying*, mas quando o negro sofre é preconceito racial”. Essas falas foram determinantes aos resultados da análise dos dados da pesquisa. Como foi possível perceber, existe no discurso uma válvula de escape, quando o assunto é raça, percebemos que a classe social e o “racismo reverso” são colocados em pauta, por duas interlocutoras da pesquisa.

Almeida (2021, p. 53), em suas produções intervém, dizendo que “membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários”. Nesses discursos devemos considerar que as professoras não se consideram racistas apesar de reconhecerem que o racismo é um problema de nível estrutural, o que nos leva a concluir que o racismo “embora negado no discurso, é confirmado cotidianamente, na prática em nossas escolas” (Foster, 2015 p. 24) ou ainda o racismo “é negado de forma veemente, mas mantêm-se presente no sistema de valores que regem o comportamento da sociedade (Gomes, 2001, p. 92).

Porém, as observações feitas em sala de aula denunciaram marcas de um racismo ao que podemos dizer “velado”, através de atividades, discursos, e até mesmo em imagens como foi observado um cartaz que retratava um anjo branco, loiro de cabelos lisos, essa imagem pode reforçar estereótipos de beleza. Mesmo que as interlocutoras não tenham feito associação do branco/negro intencionalmente, é claro que as afirmações de estereótipos prejudicarão a desconstrução de discurso racistas dentro da escola. Dessa forma, não há dúvida de que falar sobre as relações étnicas nas escolas é de suma importância, visto que precisamos romper com o silêncio ainda enfiado nas situações diárias no ambiente escolar.

Quando examinamos o cenário do racismo na escola percebemos que se trata de uma questão de extrema relevância, apontada pelas próprias pesquisadas, contudo, surge uma notável disparidade entre a conscientização do problema e a efetiva busca por soluções. Isso resulta em posicionamentos críticos que, por vezes, se limitam ao âmbito discursivo, apesar que, em diversos momentos, esse próprio discurso se revelou desarticulado, sem foco e até mesmo pautado em práticas altamente excludentes. Essa discrepância entre a retórica e a ação contribui para a perpetuação do racismo na escola, permitindo que ele se renove, muitas vezes de forma velada, dificultando uma mudança substantiva. Torna-se evidente a necessidade de não apenas reconhecer a existência do problema, mas também de implementar estratégias efetivas e práticas que promovam a igualdade e combatam ativamente o racismo no ambiente escolar.

Durante o processo de pesquisa, foi observado um fenômeno intrigante relacionado ao preconceito racial nas falas das professoras autodeclaradas brancas, nessas percepções de idas e vindas o discurso de que “somos todos iguais”, “a cor da pele não quer dizer nada”, “não sou racista” “porque não entrevista pessoas pretas, não são elas que sofrem o racismo? Enfim ao analisar os discursos proferidos por essas educadoras o surpreendente emergiu: as próprias professoras, apesar de contribuírem involuntariamente para discursos preconceituosos, muitas vezes não reconheciam tais aspectos em suas falas. Esse paradoxo torna-se ainda mais complexo ao percebermos que as professoras agem com naturalidade diante do tema do preconceito racial, demonstrando uma falta de consciência sobre a presença desses elementos em suas palavras. Essa incongruência entre a percepção externa dos discursos e a autopercepção das professoras levanta questões importantes sobre a necessidade de reflexão e sensibilização no ambiente educacional.

É crucial ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é apontar dedos ou julgar as intenções das professoras, mas sim destacar a importância da autorreflexão e do diálogo aberto sobre questões relacionadas ao preconceito racial. Portanto, é fundamental que os professores estejam dispostos a questionar suas próprias crenças e atitudes tendo em vista

que a falta de consciência sobre os próprios preconceitos pode perpetuar estereótipos e desigualdades, mesmo em ambientes que deveriam ser espaços de inclusão e igualdade.

Nesse sentido, quais os conhecimentos que podemos construir tendo em vista o reconhecimento das professoras sobre os privilégios da identidade racial branca, mas que as mesmas não se veem como privilegiadas, não se veem como racistas? Onde esse fato estaria se distanciando ou se aproximando das ideias da “invisibilidade branca” Schucman (2012), da branquitude acrítica defendida por Cardoso (2014), ou ainda do conceito de branquitude elaborado por Edith Piza (2003)? Questionar a branquitude é um passo crucial para promover uma sociedade mais justa e equitativa. Destacamos a necessidade de reconhecer a branquitude como uma posição de privilégio em sociedades moldadas pelo racismo, portanto, para alcançar uma sociedade mais igualitária, é fundamental que as pessoas brancas se conscientizem de sua própria racialização e participação nas dinâmicas sociais e raciais, promovendo mudanças na sua forma de agir e interagir com o mundo, para que possa influenciar as instituições às quais pertencem. Se trata, portanto, de mudar seu estar no mundo, essas mudanças individuais contribuirão para uma transformação mais ampla em toda a sociedade.

Tendo em vista os resultados apresentados, consideremos que a escola não pode ser concebida de maneira isolada das dinâmicas sociais; ao contrário, é necessário considerá-la como um espaço educacional fundamentado em práticas que estimulem uma consciência engajada na ruptura com métodos homogeneizadores e padronizadores, que têm sido reforçados na sociedade contemporânea. Essa abordagem implica na necessidade de promover uma educação que transcenda a mera reprodução de padrões estabelecidos, buscando instigar uma consciência crítica e comprometida com a diversidade e a justiça social.

[...] como minha voz ao apelo coletivo pela renovação e pelo rejuvenescimento de nossas práticas de ensino. Pedindo a todos que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebro um ensino que permita as transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade (hooks, 2017, p. 23-24).

Assim esperamos, que o movimento contra as fronteiras, barreiras e para além delas traga mudanças para provocar transformações significativas nas relações sociais e étnico-raciais na sociedade brasileira e que as trocas de saberes interétnicas e raciais sejam mais bem valorizadas entre os diferentes grupos humanos e a escola, nesse contexto, deverá tomar conhecimento da importância dessa realidade e encontrar estratégias para combater o racismo, os privilégios da branquitude nos seus espaços educacionais.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** São Paulo: Jandaíra, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 25-57.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo, 2002.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional**. Curitiba: Appris, 2020.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em Debate)

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. Provocações e Pautas para conversas. **Sur Revista Internacional de Direitos Humanos**. v.15, n. 28, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. *In*: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-160.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coords.). **Atlas da Violência 2020**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade; SANTOS, Claudia Vieira Silva. Relações interétnicas: mestiçagem e branqueamento no Brasil – Quais lições podemos aprender com a (contramestiçagem)? *In*: SOUZA, Marcos Lopes de; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade (Orgs.). **Tendências e perspectivas nos estudos sobre as relações étnicas e suas interfaces**. Curitiba: Appris, 2023. p.195-218.

FOSTER, Eugénia da Luz Silva. **Garimpendo pistas para desmontar racismos e potencializar Movimentos Instituintes na Escola**. Curitiba: Appris, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. *In*: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 83-96.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: Modos, temas e tempos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

PINHEIRO, Adevanir. **O espelho quebrado da branquidade: aspectos de um debate intelectual, acadêmico e militante**. São Leopoldo, Casa Leiria, 2014.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 59-90.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do “branco” brasileiro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957] p. 215-240.

SANTIAGO, Flávio. Branquitude e creche: Inquietações de um pesquisador branco. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, v. 35, n.76, jul/ago., p. 305-330, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco”, e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.